

A CONTROVÉRSIA DO VOTO ÚTIL



Fotografia cedida pelo USU Informações

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES E MARILENA CHAUÍ

INSTITUTO WILSON PINHEIRO
ADUSU — Associação de Docentes da
Universidade Santa Úrsula

Rio de Janeiro
— out/82 —



APRESENTAÇÃO

A 6 de outubro de 1982, o Instituto Wilson Pinheiro — do Partido dos Trabalhadores — promoveu, no auditório da Universidade Santa Úrsula e em convênio com sua Associação de Docentes (ADUSU), debate sob o tema «a controvérsia do voto útil». Esse debate objetivava levar a cabo o confronto democrático de idéias em torno desse tema, tendo como expositores a prof^a Marilena Chauí (PT), a prof^a Maria da Conceição Tavares (PMDB) e o prof. Darcy Ribeiro (PDT).

Lamentavelmente, o prof. Darcy Ribeiro não compareceu, alegando compromissos da campanha eleitoral, explicitados por seu representante. Antes do debate, então, foi feita a leitura do manifesto de constituição do Instituto Wilson Pinheiro. Imediatamente após, passou-se ao debate, cuja transcrição integral será lida aqui.

O Instituto Wilson Pinheiro, na oportunidade em que tem o prazer de levar a todos o presente texto, deseja fazer público seus melhores agradecimentos à Universidade Santa Úrsula e à Associação de Docentes da Universidade (ADUSU) por haverem tornado possível, com sua gentileza e colaboração, a concretização deste debate.

Os Editores

Neste ano de eleições, a ADUSU — Associação de Docentes da Universidade Santa Úrsula — não mediu esforços no sentido de trazer a discussão política para a universidade. O livre debate das idéias, a apresentação dos programas dos partidos, o contato direto com os candidatos e a possibilidade de confrontar suas propostas são, sem dúvida, importantes contribuições para um maior esclarecimento dos eleitores; especialmente na comunidade universitária, onde a imensa maioria dos alunos e muitos dos professores e funcionários votam agora pela primeira vez.

Tendo isso em vista, a ADUSU promoveu debates com todos os candidatos ao governo do estado, assim como com candidatos às eleições proporcionais, em todos os níveis e de todos os partidos.

Dentro desta perspectiva foi com grande prazer que a ADUSU participou da promoção do Instituto Wilson Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores, que trouxe para a USU duas das mais brilhantes professoras desse país, cada uma delas representando uma corrente de opinião: Maria da Conceição Tavares, professora de Economia da UFRJ, pelo PMDB e Marilena Chauí, professora de Filosofia Política da USP, pelo PT.

A participação da ADUSU nessa publicação só vem acentuar essa sua linha de atuação.

A Diretoria

Maria da Conceição — Eu não sei se esse ato de vocês é um ato importante, inaugural do Instituto Wilson Pinheiro, pois estou meio afastada das atividades políticas do PT, por razões óbvias.

Quando me convidaram, a mim e ao Darcy, para vir falar neste Instituto, eu aceitei o convite por duas razões fundamentais, a despeito de ter praticamente à mesma hora, uma convocação do PMDB lá na UERJ. Em primeiro lugar, acho essencial manter a Universidade como um espaço de debates civilizados, em particular numa conjuntura dramática como a atual em que o regime conseguiu o seu sonho, ou seja, dividir as oposições.

É da essência da luta eleitoral, no espaço das oposições, dado que há vários partidos, a disputa uns com os outros. Por sorte, no Rio de Janeiro, o PT não é um partido que esteja agredindo nenhum dos outros partidos de oposição, nem em praça pública, nem em suas posturas.

O fato de terem convidado Marilena, Darcy e eu, era, ao meu juízo, a oportunidade que vocês, jovens — e seguramente o PT é um partido de jovens, sobre isso eu não tenho dúvida —, teriam de ouvir uma reflexão de três professores universitários e militantes nos seus partidos; três professores universitários, de três gerações, e que, por sinal, representam três posturas políticas diferentes. Posturas que se poderiam chamar, tranquilamente, o passadismo, o presente angustiado mas com os pés no chão e o futuro de uma vanguarda «promissora».

Obviamente, fiquei muito frustrada com o fato de Darcy não vir. Considero isso lamentável. Sou amiga de Darcy Ribeiro desde menina. Devo di-

zer que lhe devo a minha entrada no mundo cultural do RJ, em 54. Era, então, um antropólogo brilhante e um militante. É um homem na luta pela democracia. É, na verdade, como pessoa humana, uma pessoa fantástica. Uma pessoa que diz coisas do estilo «gostaria de ser um imperador do Brasil» até «não posso passar sem que me amem ou queiram». E todos o amam e o querem. O problema é que agora ninguém está disposto a lhe desejar o cargo de imperador do Brasil!

Marilena Chauí, todo mundo a conhece. A **Isto É** fez duas entrevistas sobre nós duas. Eu me lembro de uma coisa fantástica que dá o tom da nossa imprensa em relação aos intelectuais militantes. Fernando (Henrique Cardoso) foi considerado o «príncipe dos sociólogos», e comparado com a portuguesa agressiva (só faltou dizer) uma passionária. Marilena foi considerada um charme além de uma mulher com poder de comunicação. Nós estamos menos interessados com isso do que em abrir um espaço político-militante aos intelectuais.

Não achamos que a Universidade é apenas um espaço acadêmico, não é? Todos temos uma vida de politização da cultura. Quem já teve o privilégio de ouvir Darcy nos seus melhores dias numa Universidade, sabe que ele é um brilho. E Marilena, o mesmo. Somos bons na aula, com as massas e na televisão, o que é raro.

O Darcy é um dos poucos exilados do Chile que não ingressaram no PMDB. Evidentemente, estou falando dos mais velhos, que é o caso do Darcy. Não estou falando dos mais jovens, onde se deu uma distribuição mais ou menos equitativa entre PMDB e PT. Poucos foram para o

PDT, e dos que foram, vários deles (e eu tenho amigos muito queridos lá) me disseram uma frase comovedora e verdadeira: estavam perdidos na Suécia, em Paris, em Lisboa, no México ou no inferno, sem ter notícias corretas da luta que se processava dentro do Brasil, sem ter a menor idéia dos movimentos sociais que surgiam, sem saber de como se estava organizando a central camponesa neste país. Eu, também, só soube em 77, quando vi.

Sem saber como o ABC estava indo, sem saber como as universidades estavam reagindo, através dos seus guetos culturais, é verdade; eram os centros do Museu Nacional, do IUPERJ, da UNICAMP, do CEBRAP — o do CEBRAP era menos gueto porque Fernando Henrique levava as personalidades de oposição para o debate de então. Todos nos encontrávamos alguma vez, no auge da repressão, no CEBRAP; ali, entre 70 e 72, era o ponto de encontro. Inclusive, alguns técnicos do governo com o risco de perderem o seu emprego; naquela altura, eram os mais corajosos. Hoje é difícil falar com eles em qualquer lugar, dada a pressão do SNI sobre a burocracia estatal.

Os meus amigos do PDT me disseram que estavam perdidos e Brizola foi o único que lhes disse: venham, vamos fazer um partido moderno. Brizola tinha feito, então, sua *tournee* européia, tinha adquirido um verniz de social-democracia e tinha obtido apoio de alguns líderes da social-democracia. E trouxe gente com ele.

Do meu ponto de vista, a tentativa dos três partidos de oposição é legítima. Deixo de falar do PTB por razões óbvias, apesar de que depois voltarei a falar do populismo sob suas

várias formas.

O PDT tenta seguir a herança trabalhista legítima. Obviamente, não o consegue porque no Rio Grande do Sul, como se sabe, «rachou» o trabalho de maneira fundamental. Vários dos trabalhistas que ficaram se dedicaram a construir uma frente democrática, que foi o antigo MDB e, em particular, o Pedro Simon que se dedicou a organizar o partido naquele estado. Que é o estado mais politizado, mais organizado, mais culto (na média) mais diversificado do Brasil e que, portanto, permite todas as tendências.

O Estado do Rio de Janeiro é o mais caótico do Brasil. É um conjunto de porões da repressão, grandes bancos, grandes construtoras, TV global, guetos culturais, burocracia de Estado acuada, medrosa, nacionalista à antiga e sem nenhum interesse pelo povo. Os únicos que se interessaram pelo povo foram os que hoje estão sendo tachados de «clientelistas». Ademais, este é um estado que ainda se imagina (e tem certa razão, é verdade) uma caixa de ressonância onde convivem os dois únicos instrumentos culturais que sobrevivem à ditadura: a TV Globo (vejam vocês!) e a música popular e o teatro. O Rio de Janeiro é o celeiro dos maiores artistas; não estou me referindo à produção cultural de classe média e de massas que, claro, se faz mais em São Paulo.

Na verdade, no Rio de Janeiro ninguém se vê entre si. É uma espécie de corporação de ofícios, de guetos. Os economistas com os economistas, os engenheiros, os advogados, os teatrólogos e os cineastas uns com os outros. É uma cidade massacrada. E aqui se tramaram todos os golpes e

continuam se tramando. E aqui se fazem todas as conspirações dos economistas reacionários, os discípulos do dr. Gudín e continuam tramando. E aqui se fazem os almoços, os jantares, os banquetes desses tecnocratas — não vou chamar de elite, porque não merecem o nome —, e desse lixo em que se converteram alguns dirigentes das classes dominantes.

E um estado muito problemático; não é por acaso que está «dando a zebra» que está dando. Acho legítimo que o PDT procurasse resgatar, se o estivesse fazendo, a tradição varguista, trabalhista, populista e nacionalista, inclusive. Só que essa tradição está estilhaçada e permeia todos os partidos. Acontece que, do meu ponto de vista, e isso não é nenhuma ofensa aos companheiros que tenho (e queridos) no PDT, o PDT é, infelizmente, uma espécie de depositário de todo o tipo de salvados deste naufrágio gigantesco que foram estes 18 anos e com uma liderança que, mais do que carismática, é caudilhista. Quer ser um partido de resistência democrática. Mas quer o poder de qualquer maneira. Quero antecipar que isto já foi dito inclusive pelo Darcy, que se eles porventura ganharem neste estado, governaremos juntos. E eu disse: olhe, não governaremos juntos, porque há uma separação ideológica, política, um corte profundo com as lideranças do PDT, sobretudo com a maior e única que é, efetivamente, Brizola. Não governaremos juntos, não nós, os que tivemos a experiência de 64, não nós, os que estamos na esquerda desde 50 e optamos pelo PMDB. Não governaremos juntos, não os nossos liberais que aprenderam a duras penas desde 1968 que democracia não é liberalismo, não os

acusados de clientelismo e corrupção e que em verdade apoiaram a democracia e ajudaram a incorporação do PP. Uma coisa eu posso garantir. Se Brizola ganhar, lutaremos juntos, como sempre, juntos na mesma trincheira de resistência democrática para que ele seja empossado. Depois do que, não governaremos, nunca estaremos juntos, porque não se volta a um passado a todos os títulos trágico, a todos os títulos equivocado, a todos os títulos ultrapassado. Portanto, o projeto passadista do PDT não só não me convence como não me comove. Eu tenho 52 anos, Darcy tem 60, Marilena é de outra geração; vocês, jovens, são da 4ª geração. Todos estaremos juntos na luta democrática e é só.

Mas, também, não vou ficar «velha» nem passadista. Mas também não vou tentar ajudar a fazer um partido como o de vocês, um partido de vanguarda. Este país teve e terá, e é da essência de um país em transição, várias vanguardas de esquerda. As de 20 (lembram?), os anarquistas. A partir de 30, 40 e 50, três décadas, o Partido Comunista aguentou muito. A partir de 60, temos a Ação Popular, uma vanguarda nova, originariamente católica, dissidência da Democracia Cristã. Os partidos ideológicos de linha internacional nunca conseguiram ter eficácia. O Partido Socialista sempre foi um grupo de intelectuais. O Partido da Democracia Cristã, sempre foi um grupo de burocratas e intelectuais. O PC foi o único que conseguiu alguma força por algum tempo e, em particular, no Rio de Janeiro, uma enorme capacidade de fazer política cultural. A política cultural da década de 50, quando eu cheguei aqui, era realmente, uma **entou-**

rage em torno do PC. Até hoje, o grosso dos artistas saíram do PC. Do meu ponto de vista, no Rio de Janeiro, estão desaparecendo — e nesta eleição serão enterrados, ao mesmo tempo — as antigas vanguardas, que estão liquidadas, o antigo populismo caudilhista, porque eu espero, honestamente, que o dr. Brizola seja derrotado; a antiga oligarquia, porque eu espero que o Wellington Moreira Franco seja derrotado, para que possa voltar a ser uma liderança democrática, embora conservadora. Também fui amiga dele, entendamos. Não tem nada que ver. Nós somos todos universitários, de maneira que todo mundo é amigo de alguma maneira, e todos à sua maneira agem de boa fé e com «boas intenções». Só que o inferno está pavimentado de boas intenções.

Espero que a luta interna do PMDB, que é patente, visível e aberta — ontem teve um debate sobre o chaguismo * e eu não conheço nenhum partido que a 40 dias da eleição, estando ameaçado de perder, abra um debate interno sobre o chaguismo. Mil e quinhentos militantes assistiram ao debate do líder do «chaguismo» duro e competente com a gente, e nós firmes, ali. Eu tenho esperanças que os anacronismos cariocas desapareçam e acho que o PT está ajudando, não apenas no Rio de Janeiro mas em São Paulo, também. Entendo a agressividade típica das eleições, isto é assim mesmo, não tem jeito. Acho que o PT tem o direito legítimo de se

considerar um partido de vanguarda socialista. Tem, e neste sentido, é novo. Novo, no sentido de que as outras «vanguardas» terminaram, recuaram da sua posição vanguardista. Em particular, a partir do estilhamento do PC na década de sessenta, nas múltiplas facções de libertação nacional, guerrilheiras, não-guerrilheiras, nas dissidências internas — algumas das quais se acolheram no Partido dos Trabalhadores, outras das quais se acolheram no PMDB. Acho que estas facções, viveram toda a década de 60, culminaram em 68 e terminaram seus equívocos a partir da prática eleitoral que começou em 1974. Foram absorvidas ou rejeitadas por verdadeiros partidos em formação.

Durante 18 anos de ditadura, não se poderia esperar que os poucos que têm acesso à informação, que conhecem a esquerda de longa data, e que tiveram o «privilégio» de andar por vários lugares do mundo, dos vários exílios do mundo e nos vários guetos universitários, não se permitam discutir com todas as lideranças e ouvi-las e fiquem apenas defendendo teses. Não temos, efetivamente, uma política cultural de massas progressista, apesar de que a Universidade, hoje, lê marxismo a «dar com o pau». Isso não há dúvida nenhuma, mas é preciso que se faça algo mais do que ler textos. O grosso de vocês não sabe da história das lutas sociais neste país, da história das vanguardas das esquerdas, da história das classes dirigentes deste país, dos pactos, dos compromissos históricos, da tendência ao pacto conservador, que é sistêmico, do autoritarismo inerente à política e à prática social deste país. Não sabem. Ouviram falar mas não sabem. Até porque ouviram falar va-

(*) Maria da Conceição refere-se ao debate, promovido pelo PMDB, no teatro Casa Grande, no dia 4 de outubro, cujo tema foi «Chaguismo — Mito e Realidade». (N.E.)

gamente.

Eu, Marilena e Darcy sabíamos, e é por isso que era importante que todos os três estivéssemos aqui; a gente tem isso na cabeça. Eu, seguramente, tenho. Porque andei pela América Latina inteira e sei, que há, não apenas no Brasil mas na América Latina, esse tipo de prática. Não estando isto claro, as pessoas julgam que o novo é em si mesmo bacana. Claro que o novo é, em si mesmo, bacana. Então, embora o PT seja novo, no sentido em que é a nova vanguarda socialista que está pretendendo, uma vez mais, fazer um partido socialista de base trabalhadora. Não é a primeira, visto que já existiram três vanguardas diferentes e enormes diferenciações, todas arrancadas do Partido Comunista. O MR-8 arrancou de lá; o PCBR, a VPR, a ALN, também essas facções foram facções ideológicas que saíram da mesma matriz que é o PC. Alguém deve ter visto na **Isto É** uma árvore imensa com o PC embaixo e todas as ramificações. Eu estou convencida de que essa tradição está morrendo.

Essa morte vem ocorrendo desde a morte de Stalin, começando a primeira briga, passando pela briga sino-soviética, até a briga na Europa Central e o episódio trágico da Polônia foi, do meu ponto de vista, o golpe mortal. O que não quer dizer, e isto é importante, que os PCs não tenham tido sucesso; por ex., o da Itália é um partido pluri-classista, não é uma vanguarda. Não é uma vanguarda, é um partido pluri-classista que se chama Partido Comunista, como poderia se chamar de outra coisa, não fosse sua origem histórica. Poderia se chamar de Partido Socialista, tranquilamente. A vanguarda socialista fran-

cesa se tornou um partido pluri-classista; em compensação, o Partido Comunista francês é, como todo mundo sabe, um partido sectário, complicado, mas com base social estânque. O Partido Comunista português é uma vanguarda dura, meio stalinóide, mas, no entanto, sempre esteve à esquerda, quer dizer, não fez, nunca, as concessões para a direita, sempre esteve à esquerda. Portanto, é vanguarda, continua vanguarda. O Partido Socialista português, pelo contrário, é um partido pluri-classista mas, como não tem linha, vai para a direita, vai para a esquerda, vai para qualquer lugar, aquela «confusão» do Partido Socialista português.

O Chile é o único país na América Latina que teve partidos ideológicos com história de décadas. E eles foram, talvez, o primeiro país em que se tentou uma transição pacífica ao socialismo e terminou no que vocês viram, ou vocês não viram, na verdade; mas eu vi, vivi todo o período lá, foi a marca definitiva do meu modo de pensar. A partir do Chile, e a partir de 68, quando, aqui, as coisas começavam a engrossar, até 73, vivi dolorosamente a experiência lá e vi o que é, ao mesmo tempo, estar num continente sob hegemonia americana. O que é estar num país cultural e ideologicamente muito avançado mas, econômica e socialmente atrasado. E de como, apesar da enorme tradição dos partidos ideológicos internacionais, apesar da enorme cultura política, apesar da enorme organização social, tão grande que a própria DC ajudou a organizar as bases populares, se pode perder uma luta política decisiva, pela divisão. É o país da América Latina que, tenho certeza, tenho quase certeza, ainda vai fazer antes que

os demais, uma experiência socialista democrática na América Latina. Ou, então, se não for o primeiro a fazer, ao menos tentou, valentemente.

O Brasil, do meu ponto de vista, consegue ter uma imaginação criadora de massas gigantescas, com um povo irreverente que não acredita nas suas classes dirigentes, e não tem nenhuma razão para acreditar! A não ser nos breves períodos populistas e caudilhistas. Este povo «não vai no bico» dos partidos conservadores, este povo pode até votar no PDS pelas tradições de cabresto, de submissão, de medo, até de oportunismo; mas não é com clientelismo e crença, pois este povo é bastante descrente, como povo heterogêneo e complexo. É a miséria mais complexa do mundo, a brasileira. Ela tem todos os traços da miséria nova-iorquina, até alguns traços da miséria da Índia. Só que aqui os 40% que não tiveram acesso a nada são a miséria mais complexa, eu diria, com a maior capacidade de sobrevivência, com a maior capacidade de imaginação e de alegria do mundo.

Em Nova York, quando esses malucos fizeram essa desgraça da política do Reagan e botaram os **Food Stamps** * gastam um dinheirão para tirar um programa e botar outro, estava lá o filho do Arraes e ele me disse: «Puxa, se dessem 1/10 destes recursos para a população nordestina, ela faria coisas inacreditáveis!». O que é

verdade. Se dessem 1/10 dos recursos que eles jogam ao lixo todos os dias, o que qualquer povo deste país faria não está escrito. É só ver o que eles conseguem fazer a despeito dos dezoito anos de ditadura.

A coisa mais importante, que não nos pode dar nenhuma arrogância, mas esperanças, é, seguramente, a nossa tentativa de construir partidos, i.e., o nosso poder de luta política, que é a nossa obrigação, aquilo que se precisa para mediar as lutas sociais e democratizar o Estado e construir a democracia. Mas, eu sustento que não há nenhum partido neste país que tenha o direito de dizer que organizou a sociedade.

As poucas formas de organização da sociedade que sobrevivem neste país são dela, diretamente: é o espontaneísmo da organização de massas deste país, com quadros desconhecidos. Quero dizer que a quantidade de organizações de base, de comunidades, de camponeses, de trabalhadores, de profissionais, enfim, a tentativa de organização (a despeito do caos!) é uma tentativa permanente.

Não se deve a nenhuma liderança iluminada; mesmo o Lula, que é um grande líder organizador, não é o responsável pela organização das comunidades de base, nem dos sindicatos do ABC. Os sindicatos do ABC são um produto da indústria moderna capitalista e da luta dos trabalhadores daquele estado, que é o estado capitalista mais avançado. O Lula é apenas uma expressão desta luta, por isso que passou por todas as etapas: a da astúcia, a da negociação, a da comunicação emocional. Pois foi o que aconteceu, a comunicação emocional se sobrepondo aos interesses de classe. Um empresário progressista

(*) **Food Stamps** (bônus de alimentação): trata-se de um dos mecanismos dos programas de bem-estar social do governo americano que pretende assegurar alimentos para desempregados e indivíduos de baixa renda. (N.E.)

de S. Paulo não vota na gente porque gostaria de votar no Lula e reconhece que é uma contradição. Então, não vota nada. Vota «camarão», vejam vocês. Coisas desse estilo. O Lula sentou lá com o ministro, fala com quem quer que seja, senta com os intelectuais, eles tentam «fazer a cabeça» dele, ele faz um pouquinho mas dá um «esporro» de volta. É, indiscutivelmente, um grande líder. Mas, um grande líder, também é o José Francisco, que é um grande organizador. Mas um grande líder também é o Arnaldo, da Baixada Santista. Grandes líderes sindicais, este país tem tido. Não estou falando dos pelegos, estou falando dos grandes líderes sindicais. Grandes professores, grandes artistas, este país tem tido. Grandes liberais que se recusam, sistematicamente (grandes e poucos), a se submeter à ditadura e à opressão, este país tem tido. Agora, a colagem entre estas contra-elites (como uma vez chamei) e a organização espontânea do povo é uma dificuldade real. E é por isso que a organização espontânea da miséria tem tomado, em geral, a forma de messianismo, clientelismo, «máquina», esta é a forma deste país. O clientelismo é a forma normal de qualquer sociedade de massas. Apenas, a forma específica do clientelismo, no Brasil, vai variando. E, periodicamente, em período de crise aguda, de «terra em transe», vem um líder carismático, de tipo caudilho, e promete que ele é o novo pe. Cícero. Eu confesso que acho uma sorte o nosso cineasta, o da «Terra em Transe», Glauber Rocha, ter morrido quando morreu. Porque, agora, ele estaria arrematadamente louco vendo o que acontece no Rio de Janeiro. Agora, sim, ele ficaria enlou-

quecido porque é difícil mesmo de segurar.

O que quero dizer: o fenômeno de segmentação social corresponde a uma heterogeneidade estrutural. Camadas e camadas de organizações da miséria sob as mais variadas formas, paternalismo, coronelismo, caudilhismo, são uma constante neste país. Volto a insistir que é de direito que os vários partidos se organizem com as várias concepções porque nada está testado. Ora, eu considero novos dois fenômenos: o primeiro, uma vanguarda de esquerda, dita socialista, que recolhe os salvados do naufrágio da esquerda na década de 70; que recolhe o impulso do conjunto das comunidades de base; que tem à sua frente um líder carismático que eles tentam segurar para não virar caudilho. E não vira, porque caudilho não tem, em geral, origem operária; é muito raro um caudilho de origem operária. O caudilho tem origens camponesas e mesmo latifundiárias ou profissionais das classes médias, ou religiosa.

O segundo fenômeno é que isto ocorre em pleno período de autoritarismo e há um outro fator novo: o **mass media**, ou seja, a grande imprensa e a televisão abrem espaço para aquele fato. Isto, sim, nunca se viu. Quer dizer, nunca se viu uma vanguarda que tenha, ao mesmo tempo, elementos de organização sindical, independentes, sem participar de nenhuma das tradições da esquerda antiga e receber o espaço na imprensa e na televisão que o Lula recebeu. E que agrega, também, professores universitários, sem militância, que não andavam fazendo comício na rua, na década de 70. Isto é o produto da sociedade heterogênea moderna,

do capitalismo avançado que está em SP. Aqui, no Rio pelo contrário, está o atrasado, o mercantil.

Portanto, com todo «o pau que canta» em São Paulo, entre o PT e o PMDB, e isso é forte, o fenômeno é claro. Em São Paulo há duas tendências populistas de direita. A do «seu» Maluf (que é um negócio que até Deus duvida), que é moderna na forma, mas é atrasada no conteúdo social uma forma moderna de populismo de direita completamente descarada. É um negócio de uma audácia que, realmente, bate qualquer coisa que eu já vi. E ele é uma figura de comunicação de massas. Eu insisto. Vejam pela televisão. É um horror. É de meter medo. Já o velho Jânio pra mim também é de meter medo. Eu olho aquele velho e ele é **velho**. Então, ele não consegue. Segura uma fração. Ele cumpre lá o papel que o PDT cumpre aqui, segura uma fração do populismo de massas. Não estou fazendo comparação entre o Jânio e o Brizola, realmente não se parecem em nada. Jânio sempre foi um sujeito autoritário, oportunista, maluco, desvairado; o Brizola é outra coisa. Brizola é um caudilho mas sempre teve uma posição ligada às lutas populares.

Mas, importa o personalismo, a delegação de massa num líder, que o fenômeno é o mesmo. A forma populista moderna de direita, produzida pelo capitalismo, está lá. É o malufismo, herdeiro do adhemarismo. Eles produziram também o populismo atrasado, «radical», extraído da velha forma do populismo, do líder carismático e messiânico. Dizem: «Este país vai mudar nem que seja atolado em sangue» e o pessoal urra. Tem a forma moderna do líder carismático operário. Essas três formas se equili-

bram, porque, na verdade, o Jânio não disputa com ninguém do PT, porque não tem a menor viabilidade de penetrar no espaço do PT, nem vice-versa. Tudo fica em cima do PMDB. No momento, todas as oposições desancam o bendito PMDB.

Pergunta-se, o que é o PMDB? Eu não preciso dizer as origens do PMDB, mas posso dizer o seguinte: é uma frente que está tentando se construir como um partido pluri-classista de massas e quadros. Pretende uma unanimidade? Não pretende. Tem tendências e eu vou dizer, já, quais são. Pretende unidade? Sim, pretende. O partido tem uma unidade na diversidade. A questão é esta: projeto de partido pluri-classista. Porque é que uns dizem frente e outros dizem partido? Bom, todas as tendências de esquerda ilegal, que gostariam de fazer os seus partidos, mais especificamente o PC, dizem frente. Ele (PC) quer ter o direito à legalidade que o PT teve. Apesar de a repressão e a segurança haver emitido um comunicado, há um ano atrás, dizendo que o novo «Partido Comunista era o PT», essa mesma repressão continua usando o PC de pretexto, por mais que ele faça uma política conciliadora. Falar do antigo comunismo é um pretexto admirável, neste país, para todo tipo de coisas. Obviamente o PC não pode se proclamar; porque é ilegal e seus militantes estão num partido de frente, ele fala em frente.

Por outro lado, o pessoal de centro, liberal, que se incorporou do PP, a maior parte anda a dizer que está na frente. Esteve mas não está, porque a incorporação pelo menos no Sul do país fez avançar a organização do PMDB, este é que é o problema. E já veremos porquê. Qual é a idéia da

necessidade nova de um partido de quadros e de massas? É que nunca houve. Só houve partidos de massas e de caudilhos. Partidos com donos, partidos com figuras carismáticas ou a conspiração das elites. Isto é a regra do Brasil. Como diz alguém, «Sentam na mesa os que importam». Os que importam até, às vezes, podem ser contra. Por que é que não chamam dona Conceição para conspirar? Provavelmente porque, como conspirar não é o meu ofício, quando chamam e sento na mesa, «o pau canta» firme, como é óbvio.

Essa idéia de sentar numa mesa e resolver os «problemas» com os que contam é a regra, é o conservadorismo, o pacto das elites, a desgraça do Estado como instrumento da sociedade autoritária que acha que os que contam é que devem resolver. Isto é típico, não julguem que é só típico da direita, é também da esquerda. Porque ninguém é imune à sociedade em que vive. Isto é uma visão de mundo.

Qual é a visão do PMDB? Em primeiro lugar, o PMDB não tem dono. O dr. Ulysses pode ser tudo, menos o dono do Partido, como todo mundo sabe. Pelo contrário, é acusado de não dar liderança ao Partido. Ele não poderia se dar bem se o tentasse. Só faltava, agora, o dr. Ulysses «dar uma» de Lula. Deus me livre. Ia ser um espanto. Não tem o que ver. «Bancar uma» de Lula, ele não poderia por causa da idade e da experiência, evidentemente. Mas, é um velho bacana e respeitado politicamente dentro e fora do partido. O PMDB é um partido que se constituiu a partir de uma frente.

Em segundo lugar, temos uma quantidade de lideranças políticas

que sobraram do antigo MDB, do Partido Socialista, do antigo PC, do antigo PSD, da antiga UDN, de todos os partidos que já morreram e alguns ainda não sabem. Mas já morreram. E a proposta não é reconstituir o PTB, reconstituir o PS, reconstituir a UDN. A proposta é fazer um partido pluriclassista de quadros e de massas. Eu acho que ninguém tem dúvida de que, quanto a ter massas e quadros, o PMDB tem. Ninguém tem dúvida de que, quanto a ter todos os segmentos da sociedade dentro, ele tem. Ninguém tem dúvida que ele disputa com o PT no movimento sindical e em alguns lugares ganha e em outros perde. Mesmo em São Paulo a disputa é par a par.

Também, ninguém tem dúvida de que disputa nas áreas da inteligência. Há muitos profissionais universitários ilustres no PT, também no PMDB. Centenas. Na área dos técnicos, o PMDB tem milhares e milhares de técnicos e profissionais que não estão nas estatais. Porque os que estão nas estatais estão, evidentemente, com medo, preferem votar numa figura redentora para os livrar do incômodo de não terem feito nada durante a sua vida, salvo se submeterem e, portanto, poderem votar.

Delegar isto a uma figura carismática sai barato, sai de graça. Eles estão lá nas grandes empresas estatais mas não escutam nada do que se passa na sociedade. Cada vez estão menos informados, cada vez estudam menos, cada vez se interessam menos pelo povo. Isto ocorre mesmo no movimento dos economistas; estão aqui meus companheiros que sabem das dificuldades de se realizar trabalho nas estatais, até porque eles estão ameaçados de perderem o emprego.

O pessoal recua. Então, não custa nada delegar. É o que eu chamo a esquerda enrustida, que cada vez é menos esquerda. Este fenômeno é comum nas estatais e na grande imprensa.

A grande imprensa está cheia de jornalistas que foram de esquerda na juventude, que não foram cassados, nem punidos, nem torturados. São os jovens de trinta e tantos anos que se formaram como grandes jornalistas durante o regime e cujo prestígio vem de freqüentar os gabinetes de Brasília. Hoje, eles dominam a grande imprensa. Todos foram, em geral, de esquerda na juventude; todos, hoje, têm uma cabeça rigorosamente de direita e são rigorosamente conservadores como alguns mesmo reacionários. Mas, todos se acham no direito de imaginar que ainda são de esquerda. Aliás, é fantástico encontrar pessoas que se imaginam, ainda, de esquerda, não sendo de esquerda faz muito tempo; já estando, aliás, mais pra lá do que pra cá, há muito tempo.

Este fenômeno continua; é típico das burocracias, dos tecnocratas: «É o meu papel trabalhar para o governo e ficar discreto. Porque de dentro do aparelho de Estado (deste Estado, que está aí), eu vou conseguir fazer alguma coisa». Eu não brigo com as pessoas, só com as idéias, podem fazer o que bem entenderem, mas, o fenômeno político está aí, à vista de quem quer ver.

Bom, só queria terminar dizendo o seguinte: qualquer partido de massas moderno — que pretenda ser democrático e não repetir as experiências dos países totalitários — tem uma esquerda democrática, que pode ser moderna ou antiga; um centro liberal, que pode ser moderno ou antigo; e o

clientelismo que, também, pode ser moderno ou antigo. Isto é inexorável. Isto é assim em todos os grandes partidos de massas e quadros do mundo contemporâneo. Obviamente, a luta ideológica é entre a esquerda democrática, o centro liberal e o «clientelismo». A luta política, i.e., pelo poder dentro do partido, é no interior dos quadros, como sempre. No interior das organizações de quadros se disputam institutos, assessorias, sindicatos, organizações de mulheres, organizações de bairros, as organizações zonais do partido. Se disputam no PMDB, como em toda a parte. Tenho certeza de que isso se dá no PT, que em sua origem também é pluri-classista, eu diria mais para a classe alta do que para a baixa. É o que diz o IBOPE e é verdade; vocês sabem que, com exceção de São Paulo, a representatividade é do pessoal universitário, de jovens. O que é um direito de todas as vanguardas, não tem nada que ficar envergonhado por causa disso. «Ah, porque eu sou da classe alta!» É da classe alta, sim, e o que é que vai fazer? Aqui tem alguém da classe baixa? Não tem. E daí? Vai ficar se envergonhando da sua origem de classe? Não é problema de origem de classe, «coisa» nenhuma. O problema é que não tem acesso a organizações de base espontâneas. Estão tentando, lentamente, disputando. Isso é que é a disputa pelo poder político na sociedade: ao nível das organizações da sociedade, da organização interna do partido, das assessorias. A todos os níveis.

É esta disputa política que se está dando, tanto dentro do PMDB, quanto dentro do próprio PT. Apenas que, no PMDB, é uma disputa difícil, dura e

importante para os destinos do PMDB e da nação no futuro próximo. E ele é, realmente, o maior Partido e, vocês vão me desculpar, o único capaz não de derrotar o regime — já que para isso teríamos que ser todos nós — mas, de enfrentar a dureza que vai ser a transição à democracia. Porque nós não temos uma democracia. Se tivéssemos, eles tinham pego o PP e lhe dado autonomia para fazer o partido de centro. Não deram. Como é uma coisa do Príncipe *, eles queriam que o PP se acoplasse ao regime; como não conseguiram, botaram o PTB. Mas, o PTB não é um auxiliar capaz, aquilo é uma trapalhada, uma «zorra». É só auxiliar para derrotar as oposições, mais nada. O que eles querem é implodir o PMDB depois das eleições mas não vão conseguir!

Eu quero dizer a vocês o seguinte: o fundamental é ter claro que o PMDB não pode ser atacado como um partido inimigo, como tem sido feito. Cada partido pequeno deve crescer à custa de si mesmo e da sua proposta. Não fazer ataques do estilo panfletos contra o Carlos Lessa, que é um candidato exemplar do PMDB, por sua postura democrática, um professor que nunca discriminou ninguém. Como está nos panfletos nojentos do PDT é

negócio impossível. Ataques às figuras do partido é impossível; os ataques só podem ser ideológicos e serão respondidos em termos ideológicos. É a única possibilidade; do contrário, nós não conseguiremos conviver fazendo uma maioria no Congresso, como espero que todos façamos. Se a luta eleitoral continuar desta maneira, no Rio se começam os ataques e os insultos na base de «Conceição vendida ao chaguismo», obviamente não dá para conviver. E se corre esse risco também em São Paulo e Minas.

Nós vamos ganhar as eleições, nós, o conjunto das oposições. O que significa que nós vamos ter uma maioria no Congresso, o único espaço político que vai estar aberto para desmontar os mecanismos do regime. Nós não vamos para o poder tão cedo! Nem nós, do PMDB, quanto mais vocês, do PT! Nós estamos conquistando, apenas, governos locais, estaduais, e a partir desses espaços políticos tentar derrotar o autoritarismo da Sociedade e do Estado e abrir um espaço político para que o povo e não apenas «os trabalhadores» se organize e expresse politicamente os seus interesses.

(*) Maria da Conceição faz referência ao conceito de príncipe em Maquiavel e ao General Golbery. (N.E.)

Marilena Chauí — Bem, fico satisfeita com duas observações da Maria da Conceição. A primeira, relativa à questão da memória e a segunda, relativa à novidade.

Acho que é importante a questão da memória, pelo seguinte: umas das coisas pelas quais me interessa, não academicamente e sim politicamente, é pelo que chamo de história dos vencidos. E isso pelo fato de que existe, sempre, uma memória oficial de direita e uma memória oficial de esquerda que, como memórias oficiais, têm a finalidade de destruir a história efetiva, as alternativas possíveis e os rumos que a história teria tomado. De tal modo que, tanto a memória oficial de direita quanto a memória oficial de esquerda, são histórias celebrativas de si próprias, apresentam um caminho linear quase que necessário que a história teria tomado, descontando todos os movimentos políticos que teriam feito essa história inteiramente diferente.

Acho que a questão da memória é muito importante. Só que, normalmente, nós fazemos esse trabalho de recuperação da memória depois que, infelizmente, a memória oficial já foi constituída. Só muito tempo depois, quando a gente conversa com os sobreviventes (se o tempo passado não foi tão grande), é que a gente descobre correspondência, arquivos, jornais; a gente refaz, mas, depois que tudo já aconteceu.

É importante que uma memória que possa excluir da cena política determinados sujeitos, ou que possa incluir esses sujeitos numa cena política que não é a deles não chegue a ser construída. É importante trabalhar no calor da hora para que isso não ocorra. E aqui, então, gostaria de

fazer um pequeno reparo, porque acho esse reparo importante.

Conceição disse da capacidade criativa, da capacidade de resistência dos movimentos populares, dos movimentos sociais, dos movimentos políticos no Brasil e dos quais nenhum partido político pode se considerar nem proprietário, nem causador, nem dirigente e, sobretudo, não pode se considerar — em hipótese alguma — como o promovedor. Esses partidos podem, no máximo, se considerar (em instantes variados) expressão de alguns desses movimentos. Acho isso muito importante. A importância decorre de que um dos elementos que de alguma maneira está constituindo a memória do PMDB em São Paulo é que o PMDB é o produtor e o defensor da democracia durante esses 16 anos. Que o MDB fez um trabalho democrático de uma vanguarda espantosa, nenhum de nós negará. Mas, o PMDB tem dois anos. E, portanto, atribuir ao PMDB esses 16 anos de luta significa expropriar dessa luta pessoas do MDB que nele não estão mais, enquanto PMDB.

Agora, com relação à questão do novo, eu gostaria de fazer um caminho um pouco diferente do da Conceição, embora considere que os alvos de crítica visados por ela sejam, exatamente, os alvos de crítica visados por mim. Eu gostaria de fazer o percurso — porque o meu alvo, também, é a questão do clientelismo, do populismo e do vanguardismo, para poder localizar o novo — trabalhando um pouco o conceito político de representação. E ver se não é pensando a questão da representação que temos alguma chance de vislumbrar o que talvez seja o novo, no caso

do PT.

A Conceição apresentou com muita clareza o que é o novo, no caso do PMDB. Eu penso que o novo, no PT, passa por outro lugar. E porque acredito que passe por outro lugar — e porque não acredito que passe justamente pela vanguarda — é que acho que seria interessante enfocar o novo através do problema da representação.

Vou pedir desculpas para fazer, primeiro, um pequeno percurso teórico para poder localizar o que quero e depois discuto o caso do Brasil. A partir de um determinado momento, todo mundo se convenceu de uma identidade entre governo representativo e democracia. Isso é um engano desastroso porque quando nós examinamos a história da política burguesa, verificamos que ela criou, justamente, a idéia e depois a prática do governo representativo para impedir a democracia. Vejam bem: não estou me referindo às análises clássicas do marxismo a respeito do caráter formal, abstrato etc etc da democracia burguesa; não é isso que eu estou dizendo.

Estou dizendo que a idéia de governo representativo é trabalhada no interior do pensamento liberal burguês como uma alternativa que impeça a democracia. E não é por acaso que a ampliação, a cada passo, das idéias de governo representativo no interior da história da política burguesa tenha ocorrido em momentos nos quais forças populares (e, em particular, os movimentos operários) ameaçavam o poder. Isso fica nítido se fizermos a cronologia das defesas do governo representativo. E todos esses instantes são instantes nos quais o governo representativo se opõe à democracia.

Então, é interessante avaliarmos que tipo de trajeto foi esse que fez com que aquilo que seria um empecilho para a democracia se tornasse hoje, para nós, o tema da democracia: o tema da representação. Nesse percurso, me parece ser importante lembrar que o conceito de representação vai mudar de sentido. A noção de representação faz duas exigências mínimas para que se possa falar que há um representante. Ela exige ou o isomorfismo ou uma equivalência. A representação, porque o representante e o representado têm a mesma forma ou a representação, porque o representante e o representado têm o mesmo valor. Sem esses dois elementos não há representação.

Ora, é perfeitamente possível construir o isomorfismo, construir a equivalência. E eu gostaria de dar um exemplo que aparece como muito recuado no tempo e, no entanto, quando os governantes no Brasil dizem que eles «representam» a nação, e nós nos indignamos dizendo que eles **não** representam, é porque nós temos uma idéia de representação e eles têm outra. E a idéia que eles têm de representação é a idéia medieval da representação; em termos medievais, o papa representa e o rei representa.

Por que é que eles representam? Porque, por uma série de mecanismos litúrgicos e jurídicos, conseguem possuir a mesma forma e o mesmo valor da fonte da qual emana todo e único poder que é Deus. Então, na Idade Média, não se governa porque se representa. Na Idade Média, se representa porque se governa; eu governo porque tenho a forma do poder e o valor do poder que eu represento. Nesse sentido, é perfeitamente possível a uma ditadura se dizer

representante. Não é necessário que ela se considere representante de nós, de quem ela não é. Basta que ela determine de que poder ela é representante e de qual poder ela é a encarnação. E ela os representa.

O caminho desse conceito vai ser o caminho liberal: o caminho liberal conservador e o caminho liberal progressista. No caminho liberal conservador — e esse é muito importante para nós entendermos a figura dos intelectuais brasileiros — tem-se, primeiro, e antes de tudo, duas grandes modificações com o liberalismo no conceito de representação. Representar não é substituir um poder, tendo a mesma forma e o mesmo valor que ele; representar é agir no lugar de. Trata-se de uma ação que se faz no lugar de um outro. Esse outro é o que está sendo representado. E é por isso que agora governa quem representa.

Ora, a primeira unidade do pensamento conservador é determinar o que é que o representante está representando. E, na perspectiva do liberal-conservador, o representante representa a razão, a vontade geral e a verdade para exprimir os sentimentos dos seus representados. A idéia liberal-conservadora, portanto, é a de que há alguns indivíduos no interior da sociedade que são capazes de representar essa sociedade, i.e., de agir por ela, porque eles representam a verdade, a razão e a vontade geral que o restante da sociedade não é capaz de alcançar, senão na forma confusa do sentimento. Essa idéia liberal-conservadora, que torna os partidos políticos inúteis (não há por que haver partidos políticos), e que torna necessário haver uma elite dirigente, é uma idéia que, curiosamente, atravessa muito da intelectualidade de

esquerda. E esse ponto é muito importante na minha argumentação pelo que vou dizer mais adiante. A intelectualidade de esquerda incorpora — por motivos que não cabe discutir aqui — essa idéia do liberalismo conservador de representar a razão, a verdade e a vontade geral.

Na versão do liberalismo progressista, onde a idéia é um pouquinho diferente, há a crença de que é possível educar o povo para a razão, a verdade e a vontade geral. E que essa educação do povo deve ser através da opinião pública — opinião pública esta, entendida como o direito dos homens (com H maiúsculo, do sexo masculino) adultos e em pleno uso da razão, de fazerem o uso público da razão. O que significa decidir quem são esse homens que podem ter direito ao uso público da razão por intermédio da qual eles educarão o povo para os próprios interesses deste mesmo povo.

E o segundo caminho, que não é o caminho de opinião — e que pouco a pouco o liberalismo vai aceitando, primeiro ele aceita como mal necessário, depois ele aceita como um bem indispensável —, é o partido político. De tal modo que a noção de representação que chega para nós vem de uma tradição tríplice. De uma tradição teológico-metafísica, onde o representante encarna o representado; de uma tradição liberal-conservadora, onde o representante age, em nome do absoluto (a razão, a verdade, a vontade geral); e do liberalismo progressista, onde o representante exprimirá, através de canais institucionais, interesses, sentimentos, idéias, propostas, projetos e direitos dos seus representados.

De tal modo que o conceito de

representação, ininterruptamente, oscila para cada um de nós (especialmente, no Brasil) entre essas três acepções que, embora cronologicamente superadas umas pelas outras, no Brasil, tendem a ser contemporâneas. Ora, em certo sentido, podemos dizer que a luta pela representação acaba sendo um elemento extremamente despolitizador, se entendermos a política não como a posse de um conjunto de aparelhos de mando e sim como a criação de um espaço público de decisão social.

Por que é que a representação acaba tendo esse caráter despolitizador, se entendermos política como a produção de espaço público, de discussão social sobre a coisa pública para a produção de uma decisão social concernente ao seu próprio governo? Porque, na perspectiva conservadora, não se representa representados, não há representados; na perspectiva progressista, porque há uma qualificação de quem tem o direito de representar para outros os seus próprios interesses. E na perspectiva que chamamos de democrática, porque a tendência é fazer da representação uma delegação de poderes. Então, a partir do momento em que ou não há representados, ou há uma qualificação de quem tem direito a ser representante, ou quando a representação passa a ser uma delegação de poderes, a representação corre o risco de ser um fator extremamente despolitizador.

Ao ser extremamente despolitizador, ela pode ser extremamente imobilizadora. Podemos nos interrogar se a mobilização eleitoral não é uma espécie de contrapeso a uma despolitização real. E eu vou dizer porque eu tenho essa preocupação,

sobretudo por estar vindo de um estado onde o PT corre o risco de ser governo.

Não podemos dizer que existe uma história dos partidos políticos no Brasil, pela simples razão de que, no Brasil, não há partido político e sim sigla. Essas siglas nascem e morrem segundo os interesses dos grupos que as constituem ou, como vimos nestes últimos dezoito anos, por emendas constitucionais, i.e., pela inconstitucionalidade total em que vive este país. Quando se ouve algum jurista do sistema narrar a história dos partidos políticos no Brasil, durante esses últimos dezoito anos, a impressão que se tem é a de que esse jurista é um marciano que desceu aqui, por engano, e fala de algo incompreensível. É fascinante! Se vocês tiverem a oportunidade de encontrar algum jurista do PDS, peçam que ele conte como foi a história da vida partidária no Brasil. É fascinante porque é assim: «No ano tal, com a emenda número tal, na reunião número tal da Câmara, nasceu o partido tal, assim por diante».

Então, há uma narrativa da produção dos partidos políticos a partir de emendas constitucionais, cada uma ligada à outra por uma lógica total, na qual estão ausentes os autores das emendas, os membros dos partidos, os representados e os representantes desses partidos, o poder central, o executivo, o legislativo; só está lá o judiciário para assinar em baixo. No entanto, apesar de não podermos falar, classicamente, numa história de partidos políticos, é possível pensar numa história partidária no Brasil, própria, nossa. Eu penso que no Brasil temos tido três tipos fundamentais de partidos, como a Conceição colo-

cou antes e, nesse ponto, eu vou discordar inteiramente dela. Ela coloca o PT como um partido de vanguarda e eu acho que a novidade do PT está no fato dele **não ser** um partido de vanguarda.

Então, temos os partidos oligárquicos clientelísticos, os partidos populistas e os partidos vanguardistas. Não me interessa muito como é que eles surgem, como é que eles funcionam. Só me interessa uma coisa: como é que esses partidos funcionam com respeito à representação; como é a relação entre representante e representado nestas formas partidárias.

No partido clientelista, a representação é uma relação de favor. O que se estabelece é um laço pessoal de favor, freqüentemente mediado por elementos institucionais. Por isso, o representado se relaciona com o representante numa relação de favor. A prova cotidiana que nós temos disso são as filas de eleitores que elegeram seus deputados, seus vereadores e que vão até eles pedir um favor para que eles façam isso ou aquilo. Ao contrário de quem acredita na representação como um **agir por delegação**, que iria lá **exigir** que o representante fizesse isso ou aquilo. Então, a primeira forma, no caso do partido clientelista, é a relação de favor.

No partido populista, a relação entre o representante e o representado é a relação de tutela. No caso anterior, enfatizei o representado de chapéu na mão. No caso do partido populista, enfatizo o papel dos representantes. Os representantes consideram que os seus representados são incapazes de agir por si mesmos (e precisam que alguém aja em seu lugar); ou consideram que a ação desses sujeitos

pode ir numa direção que escape do seu controle e é preciso mantê-los sob este controle. De tal modo, que há uma tutela sobre os representados. É diferente da relação de favor. O que aparece é a proteção que é garantida ao representado pelo seu representante, através do exercício da representação. Então, a gente tende, freqüentemente, a raciocinar em termos de paternalismo. Eu acho que isso corresponde a um decreto de imaturidade permanente dos representados. Permanentemente, então, tutelados; alguém **fará por eles**.

E a forma vanguardista? Qual é a relação no partido vanguardista? Nelle, eu diria que há essa representação no sentido medieval, já que ele encarna alguma coisa. E é na qualidade de encarnação desta coisa em geral, das leis da história, que ele se coloca como representante. Num partido de vanguarda, a relação entre representante e representado é de substituição. A vanguarda substitui os representados; e, no caso dos partidos vanguardistas, é uma coisa complicada. Porque os partidos vanguardistas, ao contrário dos outros dois, têm um detalhe curioso. Os outros dois se consideram, por direito natural, postos no mundo para fazer favores ou para tutelar os outros. O partido vanguardista considera que ele nasce porque tem uma teoria sobre o funcionamento necessário da história. E, por isso mesmo, possui algo muito peculiar, já que é o único capaz de dizer quem é o verdadeiro sujeito da história, quem reabilita, efetivamente, a história. Só que depois de estar de posse de uma teoria sem a história, de ter designado o verdadeiro sujeito político da história, esse partido reconhece, por estra-

nhos caminhos, que infelizmente esse sujeito não é capaz de realizar a tarefa que lhe é atribuída pela teoria do partido.

No entanto, alguém tem que realizar a história; e serão eles mesmos no lugar dos sujeitos. Mas, o que é que vai acontecer nesse momento? Vai acontecer o seguinte: se o sujeito que devia realizar a história não é um sujeito que pode realizar essa tarefa, uma vanguarda iluminada vai realizá-la por ele; esse sujeito só poderá se reconhecer na vanguarda, se a vanguarda for a encarnação desse sujeito. Ela só será a encarnação desse sujeito, se puder garantir que o poder que exercerá será o poder desses sujeitos. E, portanto, ela mantém com os seus representados a relação religiosa da encarnação do poder.

Ora, um país como o nosso tem, em termos de sua história, um Estado autoritário, parlamentos fracos e representação despolitizada por essas três formas: o favor, a tutela e a substituição. É no interior dessa questão que eu fiz aquela afirmação, que talvez tenha chocado alguns, de que nós corremos o risco de que a mobilização eleitoral seja um contrapeso, contraponto, quase uma compensação, a uma despolitização real. É nesse ponto que eu gostaria de colocar — contrariando a análise da Conceição — a novidade que eu vejo no PT.

Evidentemente, já acho difícil falar o PT porque há vários PTs. E por que há vários PTs? Esse é um ponto que eu acho fundamental e que nós temos que cultivar. Há vários PTs porque o PT não é o partido, não é uma substância na qual nos alimentamos, nem um objeto com o qual nós nos relacionamos. Ele é a nossa prática. Portan-

to, em cada lugar, ele exprime o que naquele momento os seus militantes, os seus membros, estão podendo realizar praticamente. E é importante que haja essa diversificação. E esse plural (os PTs) é um plural fundamental.

No nível da aparência, isso parece ser um **handicap** que nós temos. Ah, porque o PT do Rio Grande do Sul é assim, o de Minas é assado, o do Rio é assim. Isso aparece como algo contraproducente. Muito pelo contrário: essa diferenciação exprime o fato de que a idéia «o PT é feito pelas suas bases e não pela direção» é verdade. Em cada parte, ele é o que as suas bases estão fazendo. Se elas estão fazendo bem ou fazendo mal, é um problema delas. Mas, essa diferença não deve ser interpretada, por nós, como um **handicap** e sim como uma conquista da nossa diferença.

O segundo ponto — e aí vem a minha divergência maior com a Conceição — é o porque não considero o PT um partido de vanguarda. Evidentemente, eu sou merleaupontiana demais. Isso quer dizer que não há **a priori** na história e não há **a priori** na política. Então, nenhum de nós pode garantir, aqui e agora, que tal desgraça não nos ocorrerá. Nenhum de nós pode fazer essa garantia, trazer essa garantia. Cada um de nós pode agir para impedir que isso aconteça. Em termos do presente, o PT não é um partido de vanguarda. Ele não é um partido de vanguarda porque não pretende substituir ninguém. Ele pretende agir **com**. Em São Paulo, por exemplo, uma das grandes dificuldades que encontramos durante a campanha é que quando as pessoas cobram o programa administrativo disto, daquilo etc, lhes é dito: «Mas

nós vamos governar **com** vocês. Haverá a constituição de conselhos populares das formas que forem encontradas para governar **com**». Há uma enorme dificuldade por parte das pessoas para tolerarem um partido que se propõe a governar **sem**; e, em instante nenhum, se propõe a substituir os seus governados. E é porque ele não realiza a substituição de ninguém (esse processo que é fundamental na vanguarda), que eu o considero novo. E o considero novo, também, em razão da «lavada» que está dando nos intelectuais, nós, membros do PT. Quer dizer, por mais que nós, intelectuais, queiramos nos desfazer do mito da competência e da identificação entre política e administração, nenhum do nós tem qualquer dom especial do Espírito Santo para saltar fora de seu próprio tempo e de sua sociedade e, nunca, ser atravessado pelas contradições dessa mesma sociedade.

Ou seja, somos físgados periodicamente pela ideologia dominante, mesmo que estejamos a combatê-la. É fundamental termos presente que a crítica e o combate à ideologia dominante não nos torna, por isso, imunes a ela. Somos um produto dela, também. Ora, o que me parece fundamental no PT — pelo menos, no PT de São Paulo, que é onde eu trabalho e conheço o seu dia a dia — é que a desvantagem do mito da competência, do mito de que política é técnica administrativa, não está sendo feita pelo discurso crítico dos intelectuais do partido, mas pela prática dos trabalhadores que construíram o partido.

Ou seja, a Conceição tem toda razão; de vez em quando, as assessorias, os intelectuais, se juntam para

dar algumas idéias ao Lula. E eles saem de lá com as idéias do Lula na cabeça.

Por outro lado, eu não sei como a coisa se passa aqui mas, em São Paulo, quando aparece no vídeo: «Pedreiro candidato a vereador...», é um Deus nos acuda. É a idéia de que, de repente, toda uma política estruturada secularmente para excluir do seu exercício determinadas figuras, se vê invadida no seu recinto por essas figuras. Isso eu acho que é muito importante considerar.

Vejam: «Se eles estivessem nos seus sindicatos, nas suas associações de bairros, com os seus jornais, em algumas comunidades de base, maravilha! Olha que gente ativa, formidável, imaginosa!». Mas, a decisão não foi essa. A decisão foi: nós vamos penetrar no espaço que não foi construído para nós, que foi construído para que nós nunca estivessemos nele. Então, esse elemento é um elemento de desequilíbrio enorme na política institucional. É isso que precisa ficar claro. Que não é uma vanguarda, em condições adversas, afirmando que precisa mudar e etc etc. É um conjunto de gente que decidiu penetrar no recinto sagrado da política institucional, que não os comporta senão na qualidade de representado, de receber favor, ser tutelado ou ser substituído. Quem quer essa representação?

Trata-se, portanto, agora, de dizer que, com muita dificuldade, com muitos conflitos, o PT começa a tomar consciência, através da prática, da necessidade de repensar a questão da representação a partir da prática da participação. E é o vínculo entre representação e participação que pode democratizar a representação.

Ora, a participação significa, entre outras coisas, a não delegação de poderes. Ela significa a possibilidade de intervir e interferir diretamente nas decisões, primeiro partidárias e, depois, através do partido, na política institucional. Esse elemento da participação que modifica a forma da representação também está trazendo à tona um outro tema que é novo, que tem sido objeto de discussões acaloradas em vários PTs; e que está sendo objeto, também, de discussão por uma grande maioria dos candidatos em São Paulo, que é o tema da autonomia. Não só autonomia dos movimentos sociais — que não devem ser transformados em departamentos do partido, roubando-lhes a sua dinâmica própria — mas, a idéia de um partido que seja, ele também, exercício da autonomia.

E, para finalizar, quero lembrar que a palavra **autonomia**, contrariamente ao que se imagina, não é sinônimo — infelizmente, segundo alguns, felizmente, segundo outros — da palavra e do conceito anarquia porque anarquia significa o não-poder, a recusa de todas as formas de exercício do poder; não é apenas a recusa que o anarquismo histórico fez do Estado, mas, é a recusa de que haja o exercício do poder na sociedade, nas relações inter-grupais e inter-pessoais, e assim por diante. Quer dizer, a anarquia é, efetivamente, a idéia de uma negação radical, uma supressão radical de toda a forma de exercício do poder.

Se isso é possível ou não, é uma outra discussão; mas, esse é o sentido. Autonomia não é isso. Na sua raiz, a autonomia é composta de duas palavras: **autos**, **nomos**. **Autos** = si mesmo; **nomos** = lei. É autônomo,

aquele que é capaz de dar a si mesmo, a sua própria lei. Autonomia significa auto-governo e auto-determinação. É uma outra maneira de enfrentar a questão do poder, de repensar o poder, mesmo que seja, na sua forma inicial, como o contra-poder social — como aparece em muitos movimentos sociais.

Se o tema da autonomia for ligado ao tema da participação, à quebra do mito da competência, à quebra da identificação entre técnica administrativa e exercício da política; se levarmos em conta, sobretudo, o fato de que foi no terreno sagrado da política da classe dominante e para a classe dominante onde o Partido dos Trabalhadores entrou — o conjunto desses temas pode produzir algo que eu reputo importante. Ou seja, um partido novo, sem repetir nenhum modelo anterior e, sobretudo, um partido que seja capaz (e eu tenho certeza que a elaboração dessas coisas o tornará capaz) de trabalhar as suas diferenças internas e os seus conflitos (já que o PT os tem). O PT precisa trabalhar isto e ele pode fazer isto.

O motivo dessa capacidade é simples. A sua proposta geral é uma proposta que não foi tentada, ainda. Não foi tentada a proposta da autonomia por ninguém. Não foi tentada a destruição do mito da competência por ninguém. Não foi tentada a desmistificação da identidade política-administração por ninguém.

Nós temos coisas novas feitas por gente muito nova, no cenário da política institucional. Mas muito velha ao recolher uma herança de lutas cuja memória não podemos dilapidar. Nesse espaço, é possível trabalhar as diferenças, trabalhar os conflitos sem

que isso nos torne idênticos uns aos outros. Porque, se isso acontecesse, que partido seria esse que propõe uma sociedade democrática, que propõe a autonomia dos movimentos sociais, e não permite a autonomia no seu interior?

Pelo contrário, ele será capaz disso se nós quisermos que seja assim. Porque o Partido não é uma substância que nos alimenta, nem uma coisa exterior a nós. Ele é uma prática. É isso que quero dizer, essa frase que parece um **slogan**, mas, se ela for levada a sério, ela é tudo, menos um **slogan**. De que o PT somos nós. Muito obrigada.

Maria da Conceição — Eu não queria, na verdade, dirigir nenhuma pergunta a Marilena Chauí porque escutei atentamente o que ela disse. Eu quero dizer que o único exemplo que Marilena deu de que o PT não é uma vanguarda é o fato de o PT apresentar candidatos operários ao Congresso ou levá-los aos meios das classes dominantes. Quero dizer que, aqui, a Marilena que, em geral, tem muito boa memória histórica, está esquecendo que o PC, de 1945 a 1947, fez exatamente o mesmo. O levar operários ao Congresso é uma proposta de qualquer partido de vanguarda dos trabalhadores. Apenas, o PC se chamava vanguarda da classe operária e tinha uma teoria sobre a história. Então, a única diferença é que Marilena Chauí, como intelectual do PT, detesta a teoria da história e é merleau-pon-tiana, o que eu acho, pessoalmente, admirável. Evidentemente, ela tem companheiros intelectuais tão importantes quanto ela no Partido — embora menos charmosos e inteligentes — que têm teorias completamente diferentes. Que falam, explicitamente, em

partido da classe operária; dizem dos trabalhadores, porque esse é o nome «moderno» mas têm uma visão da teoria histórica radicalmente diferente da que a companheira disse. Está cheio deles no PT.

Foi pena que não tivesse vindo hoje o companheiro que foi convidado, o companheiro que foi do antigo PC, um dos grandes líderes atuais do PT, que foi do PCBR*. Aqui, no auditório, estou vendo vários militantes importantes do PT que são — isso é que é interessante — marxistas-leninistas, marxistas católicos, trostkistas, católicos de todas as tendências e é por isto que há uma diversidade. Ao contrário, a esquerda intelectual do PMDB tem menos tendências, tende a ter a visão política do partido democrático que eu descrevi.

A prova de se o PT é ou não um partido de vanguarda, vai depender da sua prática. Eu, evidentemente, confesso não desejar que o PT expresse sectariamente os «trabalhadores». Mas, é óbvio que não posso deixar de notar que Marilena falou de autonomia em todos os sentidos. O curioso é que, quando eu falei uma coisa que é verdade, houve reação do auditório, totalmente contrária ao que ela acabou de dizer. Eu sei que o PT tem militantes da maior qualidade militante e intelectual. Eu conheço vários que, efetivamente, disseram — e não foram expulsos do partido por isto, o que é uma coisa bacana — que no caso de haver o risco do Montoro perder em São Paulo, eles votariam no Montoro. E quando eu falei nisso, o

(*) Maria da Conceição faz referência a Apolônio de Carvalho que, convidado para fazer parte da mesa, não pôde comparecer. (N.E.)

pessoal do auditório ficou nervoso. Não tem que ficar nervoso, porque o PT, efetivamente, não tem um comando partidário que imprima avaliação política. O partido é muito jovem, tão jovem, ou quase, quanto o PMDB.

Posso dizer apenas mais uma coisa: na reunião de São Bernardo, na qual se discutiu a formação do Partido dos Trabalhadores, vários homens de esquerda — e ela sabe que são democratas, e ela sabe que são socialistas — tiveram a impressão de que o que estava sendo discutido era um partido bolchevique. Porém, Marilena Chauí é, em relação ao Partido dos Trabalhadores, uma figura tão não-anárquica (porque ela não gosta dos anarquistas), mais herética do que sou herética em relação ao PMDB.

Eu quero dizer que achei fantástico o que ela disse; tenho ligeiras discrepâncias sobre o problema da competência, por uma razão muito simples: acho que o próprio PT acabou de demonstrar na sua prática o contrário do que ela disse e acabou de fazer um programa econômico nacional (sabendo que não vai ganhar nacionalmente) que é, com ligeiras nuances ideológicas, exatamente igual ao do PMDB. E não por acaso. Porque foi feito por militantes, economistas de reconhecida competência, inclusive de jovens militantes do PT de Campinas. Fez muito bem.

Neste auditório, eu não posso, evidentemente, dizer o que a Marilena disse: o Partido somos nós. Porque, aqui, se tiver meia dúzia de militantes do PMDB, é muito. De modo que eu espero que o auditório se dê conta de que o PMDB não está, aqui. Os militantes do PMDB estão na UERJ apoiando o nosso candidato que é

para onde vou agora. Tem alguns do PMDB que vieram apenas para me acompanhar de volta. Evidentemente, não conseguirão um voto neste auditório, salvo o deles mesmos. Por isso mesmo quero agradecer a atenção de vocês. Obrigada. Muito Obrigada.

Marilena Chauí — Eu queria dizer duas coisas. Muitos de vocês já têm ouvido demais a respeito do PT; então as minhas duas considerações são sobre quando eu marquei a novidade do PT e desmarquei, com alguma ironia, a juventude do PMDB, tendo dois anos. Evidentemente, o que eu tentei marcar foi a novidade do PT, não enquanto um partido recente, mas, sim, a novidade do PT enquanto um tipo de proposta de política.

Mas, a minha consideração principal, exatamente a observação que Conceição fez, veio à mesa sob forma de uma pergunta: «Marilena, gostaria que você comparasse, brevemente, a estruturação do PC, enquanto representante dos trabalhadores nas décadas de 30, 40, e a proposta do PT de emergir das bases».

Eu penso que com relação à questão de vir das bases, a proposta rigorosamente bolchevique não permite a construção de um partido pelas bases. É fundamental, na proposta bolchevique, a tese do centralismo democrático e da vanguarda. É fundamental, num partido bolchevique, a tese da consciência vinda de fora. Então, se a consciência vem de fora para a classe, como é que o partido pode se organizar a partir de suas bases? Quer dizer, há princípios teóricos que impedem que sequer aflore na cabeça dos militantes a organização vinda pelas bases. Pelo menos em virtude da consciência que vem

de fora, do trade-unionismo espontâneo da classe operária, da necessidade da vanguarda de quadros e centralismo democrático. Então, há uma incompatibilidade, de direito e de fato, entre a construção de um partido operário pelas bases e a construção de um partido operário bolchevique. Não se trata de uma questão de preferência ou não, ou de querer contar a história por outro ângulo. É que, no nível dos princípios, o partido apoiado na tese de que a consciência do proletariado tem de vir de fora do proletariado não pode construir o partido a partir das bases. Essa diferença é capital com relação ao PT. Quando eu disse que o PT estava dando um banho nos intelectuais, era por isso; talvez não tenha sido bem compreendida, mas, era por isso.

Com relação à questão da escolha dos candidatos do Partido dos Trabalhadores, estes não foram escolhidos para comprovar o nome do partido. Foram escolhidos nos seus núcleos de base para serem candidatos. Eu não sei se foi esse o processo que ocorreu nos anos 40 na escolha dos representantes eleitos do PC.

Em segundo lugar, a participação não é apenas com relação aos parlamentos, é a participação nos executivos. Não se viu isso ainda. Candidatos ao nível de executivo, a cargos executivos por toda a parte, desde prefeito a governador. Se isso é bom ou ruim, podemos discutir em outro debate. Que é novo, é.

E, os que lêem atas (eu tenho o vício de ler coisas velhas) das Câmaras e do Senado nos anos 40 ficarão surpreendidos com algumas coisas. Por exemplo: infelizmente, os representantes eleitos por um partido da classe operária, por um partido de

esquerda, votaram uma lei que, no ano seguinte, colocou o seu partido na ilegalidade. Eles votaram uma lei que dizia que não seriam permitidos partidos cujas idéias não estivessem de acordo com os interesses nacionais.

Essa identificação entre a classe operária e a nação brasileira não me parece ocorrer no PT. Então, no nível dos fatos, poderíamos colecionar centenas e centenas deles, mostrando semelhança e repetição. Basta que a gente «tape a boca» desses que estão falando agora. Porque a diferença passa pelo discurso que eles têm. Pela prática que eles têm. É isso que é desestabilizador, desequilibrador.

Quando está consagrada uma idéia que não estava consagrada nos anos 40, como está consagrada que política é administrar técnica e cientificamente, quando isso está consagrado, indivíduos que dizem: «Eu tenho o curso primário e quero ser governador do estado», isso equivale a uma requalificação da política depois que ela foi destruída pela sua identificação com o ato administrativo. Se a gente não entender que é uma requalificação da política como poder público coletivo, espaço público de decisão, então, não vamos entender nada do porquê de o PT estar aí. Obrigada.